

Concessão da ETE deve durar 30 anos e contrapartida terminará no sétimo

Estudo da Fipe foi apresentado em reunião pública nesta sexta-feira (2), na Câmara de Bauru; desafio atual é prazo do Legislativo

ANDRÉ FLEURY MORAES

REINVENÇÃO

Presidente do DAE admite nova realidade e fala em adaptação com ETE

O relatório final da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) sobre o futuro da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vargem Limpa de Bauru, obra iniciada em 2015 e até hoje inacabada, prevê a exploração do setor pela iniciativa privada durante 30 anos, depois que entregar a obra, a partir dos moldes de concessão.

Em outras palavras, uma empresa ou um consórcio empresarial disputam a concorrência pública para assumir a ETE na Bolsa de Valores. O vencedor vai atrás de recursos – podendo também investir valores próprios –, entrega a obra e obtém retorno financeiro a partir da exploração comercial do contrato.

Para além da ETE Vargem Limpa, o projeto prevê também a instalação de um emissário (um equipamento submerso de tratamento de esgoto) no Rio Bauru, a ampliação da ETE Tibiricá e a modernização da ETE Candeia. Todas ficarão sob responsabilidade da nova concessionária.

No caso da Estação de Tratamento de Esgoto, a concessionária vencedora teria três anos para finalizar a construção. E a ETE começaria a funcionar a partir do quarto ano de contrato. Pelos moldes apresentados pela Fipe, a tarifa de esgoto aumentaria para 90% do valor da tarifa de água – hoje, o percentual é de 65%, com mais 5% de taxa do Fundo de Tratamento de Esgoto.

O estudo foi apresentado em reunião pública nesta sexta-feira (2) na Câmara de Bauru, sugestão à prefeita do vereador Júnior Rodrigues (PSD), atendida por ela.

Para além dos vereadores, participaram também a prefeita Suellen Rosim (PSD), o presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), Leandro Joaquim, secretários municipais e representantes da Fipe – o economis-

ta Tadeu Alves e o advogado Júlio Barboza.

Terminada a ETE, a concessionária operaria a estação por dois anos – o suficiente para repar parte do investimento – e finalizaria o projeto de drenagem para a avenida Nações Unidas, sua obrigação complementar, até o sétimo ano. A obra é estimada em R\$ 467 milhões segundo o levantamento da Fipe.

Ainda não há prazos para o término do sistema de drenagem, o que deve ser objeto de discussão em reuniões futuras. O relatório da fundação prevê, por exemplo, que o valor reservado no Fundo de Tratamento de Esgoto do DAE – onde hoje há R\$ 200 milhões – seja utilizado como parte do financiamento da obra na avenida.

VALORES

O DAE estima hoje que 60% das obras da ETE já estão concluídas. Isso não significa, porém, que a estrutura poderá ser integralmente – ou mesmo em partes – reaproveitada. Por isso, aliás, o relatório da Fipe prevê valores substanciais para se terminar a ETE: R\$ 501 milhões. O montante inclui também a implantação do sistema de esgotamento sanitário e sua integração com as tubulações do DAE, que seguirá a cargo do sistema de água municipal.

Tudo indica que o DAE terá de se reinventar a partir da concessão. Até porque a modelagem proposta pela Fipe dá à concessionária a responsabilidade sobre o parque de hidrômetros de Bauru – bem como a substituição daqueles que estão defasados, número hoje estimado



O advogado Júlio Barboza (com microfone) e o economista Tadeu Alves, ambos da Fipe, durante reunião na Câmara



A prefeita Suellen Rosim (PSD) e o presidente da Câmara, Júnior Rodrigues (PSD)

em mais de 100 mil –, além da cobrança de conta e gestão comercial em geral.

Isso, segundo a Fipe, vai incrementar a arrecadação do DAE. Mas não é essa a principal razão de transferir parte da responsabilidade atual da autarquia à concessionária.

O controle sobre as contas, por exemplo, é uma garantia da empresa ou do consórcio empresarial vencedor de que haverá efetivamente retorno financeiro sobre os investimentos realizados.

Também devem aumentar as execuções sobre contas em atraso. O levantamento da Fipe prevê que a inadimplência caia para 4% em quatro anos, o que gera ao menos R\$

15 milhões em receita.

Um dos impasses ao DAE está nos investimentos da tubulação subterrânea, cuja estrutura antiga é um dos principais responsáveis pela perda de água na tubulação, hoje estimada em quase 50%. "Teremos que nos adaptar, e isso envolve muito trabalho aprendizado", admitiu o presidente da autarquia, Leandro Joaquim, durante o encontro.

CRONOGRAMA

O desafio que se impõe agora diz respeito ao prazo. O cronograma apresentado pela fundação prevê a aprovação dos estudos ainda neste mês e a aprovação da autorização legislativa à concessão em até

60 dias, até o final de julho. O JC apurou que a prefeitura deve entregar o Projeto de Lei já nesta segunda-feira (5).

Vereadores criticaram o prazo durante a reunião desta sexta-feira, e a prefeita Suellen Rosim (PSD) pediu compreensão dos parlamentares para que tratem o assunto com celeridade.

Se cumpridos os prazos até julho, a avaliação é de que a licitação comece em agosto, com prazo para entrega de propostas até 18 de setembro. A avaliação e homologação do certame durariam de setembro a outubro, e o contrato seria assinado, segundo a previsão apresentada pela fundação, já em novembro.